



BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.
- CNPJ/MF: 07.700.557/0001-84
- Atividades: a participação no capital social de outras sociedades, podendo, para tanto, realizar todos e quaisquer atos necessários para o cumprimento de seu objeto social.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/01/2010
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/01/2014; e (ii) 2ª Série: 15/01/2016
- Banco Escriurador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código CETIP/ISIN:
 - (i) 1ª Série: BISA12/ BRBISADBS018;
 - (ii) 2ª Série: BISA22/ BRBISADBS026.
- Coordenador Líder: Banco Santander (Brasil) S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, incluídos aqueles obtidos em razão do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e do exercício parcial da Opção de Lote Suplementar, serão destinados à amortização antecipada de dívidas e à composição de caixa da Emissora. Preferencialmente, serão feitas as seguintes amortizações: (i) resgate antecipado de 7500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em 18/07/2007 pela Company; (ii) amortização

integral do empréstimo oriundo do contrato nº 2646763, firmado com o Banco Bradesco S.A. em 05/03/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 26/02/2010; (iii) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 237/237/035, firmado com o Banco Bradesco S.A. em 23/12/08 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 13/12/2010; (iv) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 1499822544, firmado com o Banco Itaú S.A. em 05/05/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 30/04/2010; (v) amortização parcial do empréstimo oriundo do contrato nº 100108120014000, firmado com o Banco Itaú S.A. em 28/05/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 24/05/2010; (vi) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 0261/09, firmado com o Banco Pine S.A. em 08/06/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 24/06/2011; (vii) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 265908, firmado com o Banco ABC Brasil S.A. em 17/06/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 10/01/2011; (viii) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 306400588, firmado com o Banco do Brasil S.A. em 30/03/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 25/02/2010; e (ix) amortização integral do empréstimo oriundo do contrato nº 838708, firmado com o Banco Fibra S.A. em 03/04/09 para fins de financiamento de capital de giro, com data de vencimento em 01/04/2010.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- **Atividade Principal:** 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- **Situação da Empresa:** ativa;
- **Natureza do Controle Acionário:** privado holding;
- **Critério de Elaboração do Balanço:** legislação societária.

- **Situação Financeira**

- **Liquidez Geral:** de 1,27 em 2015 para 1,25 em 2016;
- **Liquidez Corrente:** de 1,95 em 2015 para 2,51 em 2016;
- **Liquidez Seca:** de 0,84 em 2015 para 0,99 em 2016;
- **Giro do Ativo:** de 0,17 em 2015 para 0,25 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 10,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou redução de 5,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 27,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 9,5% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 1,6% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries):** R\$ 10.000,00

- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: não aplicável; e (ii) 2ª Série: IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 100% DI + 2,00% a.a.; e (ii) 2ª Série: 9,50% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):
 - 1ª Série: vencimento em 15/01/2014
 - 2ª Série:
 - Amortização:
15/01/2016 – R\$ 5.000,000000 (vencimento)
 - Juros:
15/01/2016 – R\$ 701,401698
 - Evento Genérico:
15/01/2016 – R\$ 2.444,962300
- POSIÇÃO DO ATIVO:
 - BISA12 – 1ª Série:
Quantidade em circulação: 0
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 28.466
 - BISA22 – 2ª Série:
Quantidade em circulação: 0
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 8.140
- 5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - Resgate: não houve;
 - Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;

- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, os índices financeiros descritos no item 7.1, alínea “g”, da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.309	27.831	247.240	285.787
Outros ativos	4	2.879	1.280	141.411	162.647
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.156.923	1.374.937
Estoques de imóveis a comercializar	6	-	-	2.406.586	2.450.963
Tributos a compensar		-	-	1.709	11.559
Despesas antecipadas		-	3	21.835	38.005
Total do ativo circulante		6.188	29.114	3.975.704	4.323.898
Não circulante					
Aplicações financeiras	4	3.394	3.873	5.369	15.038
Contas a receber de clientes	5	-	-	933.139	781.252
Outros ativos	4	410.667	421.981	263.981	245.446
Estoques de imóveis a comercializar	6	-	-	329.850	700.267
Tributos a compensar		10.638	13.784	67.367	91.520
Tributos diferidos	22.2	-	-	41.118	35.974
Investimentos	7	3.057.679	2.896.060	465.762	308.593
Imobilizado		-	-	33.587	37.513
Intangível		674	882	246.124	256.981
Total do ativo não circulante		3.483.052	3.336.580	2.386.297	2.472.584
Total do ativo		3.489.240	3.365.694	6.362.001	6.796.482
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	-	327.076	693.572	1.030.296
Contas a pagar a fornecedores e outras		874	351	283.955	369.237
Adiantamentos de clientes	9	-	-	184.451	328.818
Outros passivos financeiros	10	197	4	24.509	22.282
Tributos correntes e parcelamentos a pagar		1.509	1.222	45.212	47.545
Provisões	11	-	-	351.441	422.536
Dividendos a pagar	15 e 18.4	-	-	391	-
Total do passivo circulante		2.580	328.653	1.583.531	2.220.714
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	-	45.000	404.097	721.921
Empréstimos com partes relacionadas	12	1.491.158	701.232	1.490.069	656.291
Contas a pagar a fornecedores e outras		-	-	37.286	34.477
Adiantamentos de clientes	9	-	-	435.297	599.145
Outros passivos financeiros	10	-	-	3.878	191.923
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	3.047	425
Tributos correntes e parcelamentos a pagar		-	-	-	261
Tributos diferidos	22.2	-	-	87.631	93.539
Provisões	11	154.696	434.094	459.262	369.568
Total do passivo não circulante		1.645.854	1.180.326	2.920.567	2.667.550
Patrimônio líquido					
Capital social	14	2.618.256	2.618.256	2.618.256	2.618.256
Reservas de capital	15	3.072.844	1.889.065	3.072.844	1.889.065
Ajuste de avaliação patrimonial		151.307	151.307	151.307	151.307
Prejuízos acumulados		(4.001.601)	(2.801.913)	(4.001.601)	(2.801.913)
Patrimônio líquido de acionistas controladores		1.840.806	1.856.715	1.840.806	1.856.715
Participação de acionistas não controladores	7.1	-	-	17.097	51.503
Total do patrimônio líquido		1.840.806	1.856.715	1.857.903	1.908.218
Total do passivo e patrimônio líquido		3.489.240	3.365.694	6.362.001	6.796.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	16	(285)	(954)	1.565.595	1.167.933
Custos operacionais					
Custos de incorporação e vendas imobiliárias		-	-	(1.594.813)	(1.154.616)
Outros custos		-	-	(176.036)	(299.567)
		-	-	(1.770.849)	(1.454.183)
Prejuízo bruto		(285)	(954)	(205.254)	(286.250)
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com marketing e vendas	18	-	-	(128.809)	(88.273)
Despesas gerais e administrativas	19	(7.203)	(15.126)	(222.612)	(221.145)
Outras despesas e receitas	21	(2.342)	191	(331.042)	(327.148)
		(9.545)	(14.935)	(682.463)	(636.566)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(996.659)	(1.110.304)	(72.226)	(96.075)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(1.006.489)	(1.126.193)	(959.943)	(1.018.891)
Resultado financeiro, líquido		(193.199)	32.089	(224.922)	(143.526)
Receitas financeiras	20	6.117	115.155	97.282	86.759
Despesas financeiras	20	(199.316)	(83.066)	(322.204)	(230.285)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.199.688)	(1.094.104)	(1.184.865)	(1.162.417)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22.1	-	-	(32.496)	(39.385)
Diferido	22.1	-	-	12.148	103.901
Prejuízo do exercício		(1.199.688)	(1.094.104)	(1.205.213)	(1.097.901)
Prejuízo do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		(1.199.688)	(1.094.104)	(1.199.688)	(1.094.104)
Acionistas não controladores da Companhia		-	-	(5.525)	(3.797)
		(1.199.688)	(1.094.104)	(1.205.213)	(1.097.901)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Brookfield Incorporações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brookfield Incorporações S.A. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brookfield Incorporações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brookfield Incorporações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil e aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Orientação OCPC 04

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota 2.2. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), aplicáveis à entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Roberto Martorelli
Contador CRC-1RJ106103/O-0